

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 344

**CAPITANIA DO PARÁ: EMERGÊNCIA DA QUESTÃO DA
POPULAÇÃO E DEBATE SOBRE REGIMES DEMOGRÁFICOS
RESTRITOS**

**Alanna Souto Cardoso
Rosa Acevedo Marin**

Belém, Dezembro de 2014

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto

Ana Paula Vidal Bastos

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos

Prof. Dr. Armin Mathis – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Castro – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco Costa – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 344

Recebido em: 10/10/2014.

Aceito para publicação: 11/12/2014.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

CAPITANIA DO PARÁ: EMERGÊNCIA DA QUESTÃO DA POPULAÇÃO E DEBATE SOBRE REGIMES DEMOGRÁFICOS RESTRITOS

Alanna Souto Cardoso¹, Rosa Acevedo Marin²

Resumo:

O presente artigo busca efetuar uma análise sobre o processo de ocupação e povoamento da Capitania do Pará, no momento que emerge a questão “população” no âmbito da arte de governar em meados do século XVIII, levando em consideração os aspectos socioeconômicos e demográficos regionais que alicerçaram e contextualizaram a problematização dos regimes demográficos restritos no Pará colonial. Nessa linha, apontam-se algumas considerações a respeito das possibilidades de regimes demográficos restritos nos contextos dos domínios nacionais em meados do século XIX e da expansão de fronteiras em meados do século XX. Para tal reflexão, utilizou-se como perspectiva teórica metodológica a história da população e a demografia histórica com base em autores amazônicos, nacionais e internacionais que se debruçam nas análises sobre os regimes demográficos.

Palavras-chave: Capitania do Pará. População. Ocupação. Povoamento. Regimes demográficos restritos.

THE CAPTAINCY OF PARÁ IN THE EMERGENCE OF THE POPULATION: OCCUPATION, SETTLEMENT AND RESTRICTED DEMOGRAPHIC REGIMES

Abstract:

This article aims to analyze the process of occupation and settlement of the Captaincy of Pará in the moment when the issue of "population" emerges in the scope of statecraft in the mid XVIII century, considering socioeconomic and regional demographic features that will consolidate and contextualize the issue of restricted demographic regimes in colonial Pará. Besides, the current article pinpoints some considerations regarding the possibilities of restricted demographic regimes in the period of the national domains in the mid 18th century. In order to accomplish these objectives, a theoretical-methodological perspective of the history of the population and of the historical demography is used, based on Amazonian, national, and international authors who focus their efforts on analyses concerning demographic regimes.

Key-words: Captaincy of Pará. Population. Settlement. Restricted demographic regimes.

¹Doutoranda do PPGDSTU-NAEA. Vinculada à linha de pesquisa: Sociedade, urbanização e estudos populacionais.

² Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA – UFPA.

INTRODUÇÃO

Entender o regime demográfico amazônico é um desafio não somente para os estudos da população do presente, mas também para as investigações que se têm desenvolvido sobre as populações do passado colonial. Entre os elementos centrais que configuram esse regime em cada etapa de ocupação e povoamento da Amazônia destaca-se a persistência de um modelo cruel de desigualdades históricas internas que apontam para as diferentes oportunidades e restrições de população, segundo os diferentes grupos sociais, etnia, gênero e regiões de residência.

Segundo Goldani (1999, p. 25), estas desigualdades sugerem que haveria espaço para debater a existência não de um único regime, mas de vários regimes demográficos³ a partir de suas regiões à medida que a população se distribui no espaço. Nesse sentido, as transformações de ordem econômica, política e social que ocorrem na sociedade estão estreitamente relacionadas com o ritmo e a intensidade da reprodução de sua população, assim como os sistemas de valores e as diferentes instituições são elementos fundamentais para a compreensão das variações no comportamento demográfico.

Nesta perspectiva, este estudo busca levantar algumas questões referentes a regimes demográficos restritos que permearam a trajetória do processo de ocupação demográfica e econômica da Amazônia Brasileira, que, segundo a divisão norteadada por Aragón (2013, p. 107), pode ser dividido, *grosso modo*, em três em grandes períodos: 1) Conquistas europeias; 2) Os domínios Nacionais; e 3) A expansão da fronteira. Contudo, o foco dessa análise será o período das “conquistas europeias”, tendo em vista o objeto da pesquisa de doutoramento “Uma cartografia social da população para a Capitania do Pará em meados do século XVIII e início do XIX”⁴.

No sentido que Foucault (1993) entende a arte de governar, não exercendo mais poder sobre o corpo do indivíduo como na abordagem da sociedade disciplinar, mas sobre a população. Neste aspecto, Foucault distingue o governo político em torno da população como biopolítica, ou seja, trata-se de governar populações, controlá-las, medicalizá-las, favorecer o seu crescimento e bem-estar. A população torna-se um objeto que importa conhecer para poder controlar. Somente é possível agir

³Considera assim o conceito de regime demográfico uma forma de modelar os processos ou modos como as pessoas organizam seus eventos virtuais e suas relações ao interior de uma sociedade. A proposta maior localiza-se no entendimento referente às restrições e oportunidades demográficas, mais do que entender o papel do comportamento de uma variável demográfico, a exemplo, o da queda de fecundidade sobre a população. Ou seja, o conceito de regime demográfico deve está associado às estruturas sociais nas quais tanto os princípios de organização social como individual são importantes. E sinaliza ainda, “poderiam ser pensados e classificados não em termos ideais ou normativos, mas tomando em consideração os cursos alternativos de ações que os processos vitais abrem ou fecham para grupos em particular” (GOLDANI, 1999, p.25-26).

⁴Como se trata de uma pesquisa em desenvolvimento os dados que serão aqui disponibilizados são passíveis de modificações, bem como o recorte final da pesquisa pode ser estendido para o ciclo borracha ou não. Doutorado vinculado PPGDSTU-NAEA/UFPA.

sobre ela quando se conhece seus desejos, comportamentos, angústias, enfim, tudo que envolve a vida de um indivíduo.

Considera-se assim o duplo papel que a população desempenha como um sistema de recrutamento para as estruturas sociais e como um objeto de identificação cultural. Isso porque a população conformaria padrões de comportamento que são objetos de interpretação cultural em que os indivíduos se identificariam com certos grupos e se diferenciariam de outros (KREAGER, 1986).

Dessa forma, rompe-se em parte com o modelo de transição demográfica que tenta enquadrar a trajetória das mudanças demográficas nos moldes dos padrões europeus de desenvolvimento, pois se busca entender para além de generalizações dos antigos regimes demográficos, e enfatizar com base nas interações entre dinâmicas demográficas e contexto sociocultural dentro no âmbito da história de ocupação e povoamento do território paraense, considerando a diversidade concernente seus ciclos vitais.

O objetivo central desse artigo, portanto, é levantar questões, mesmo que sucintamente, sobre as possibilidades de regimes demográficos na Capitania do Pará, de modo a convidar os pesquisadores da área e afins a aprofundar a análise desses regimes para cada uma dessas etapas de ocupação e povoamento em trabalhos futuros.

DAS CONQUISTAS EUROPEIAS

A análise desse tópico inicia partindo não do momento da chegada dos portugueses no Brasil e nem na Amazônia, como geralmente os estudos da história da ocupação e povoamento apresentam, mas sim a partir do período em que administração lusitana buscou de forma mais intensa sistematizar informações e levantamentos sobre a população brasileira em meados do século XVIII. Neste período, a economia mercantil se desenvolve de forma cada vez mais voraz em resposta à dinâmica de produção mercantil. Segundo Foucault, é uma economia diferente do século XVI, o termo que significava vagamente uma forma de governo será entendido nos anos setecentistas em diante como uma realidade, “um campo de intervenção do governo através de uma série de processos complexos absolutamente capitais para nossa história” (FOUCAULT, 1993, p. 282).

É, também, neste momento histórico que emerge a questão “população” e sua relação com arte de governar, pois, com a expansão demográfica do século XVIII, ligada por sua vez a abundância monetária e ao aumento de produção agrícola, ajudou a destravar o mercado mercantil da centralização e retenção de uma monarquia absolutista alicerçada à gestão de um pequeno conjunto constituído pela família e seus agregados (FOUCAULT, 2008).

De uma forma mais precisa, pode-se dizer que o desbloqueio da arte de governar esteve ligado a fatores como a emergência do problema da população e à ciência do governo, o recentramento da

economia em outra coisa além da família e o problema da população, e estes estão relacionados uns aos outros nos anos finais do século XVIII.

E, obviamente, as metrópoles europeias irão enquadrar suas colônias nessa nova governamentalidade, como observaram Botelho e Paiva (2008). Para toda América, a preocupação em medir a população, especialmente a indígena, antecedeu em muito a adoção dos procedimentos censitários modernos na Europa, já que desde princípios do século XVI o Estado espanhol começou a requerer de seus funcionários civis e eclesiásticos a descrição e a contagem da população das áreas recém-conquistadas. Para a América portuguesa, todavia, os esforços censitários tiveram que esperar um pouco mais. Até o século XVIII há apenas estimativas grosseiras feitas por funcionários da Coroa (especialmente com finalidades militares) ou cronistas contemporâneos (BOTELHO; PAIVA, 2008, p.03).

A partir de então, o esforço por parte da elite portuguesa em acompanhar as transformações do restante da Europa cresceu a partir da ação de Marquês de Pombal, dirigida pela preocupação com o conhecimento do império português. Tornava-se importante uma melhor compreensão da realidade das colônias (e mesmo da metrópole) a fim de que pudessem ser implantadas as reformas necessárias ao engrandecimento do império (BOTELHO; PAIVA, 2008, p.3; BOTELHO 1999 apud WAGNER, 2009, p. 09-14).

Dessa forma, para a Administração Portuguesa, cada vez mais a população passou a ser encarada como objeto de política de Estado, como pode ser visto no ofício de 1776 do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, no qual indica solicitação de mapa anual do número de habitantes da capitania do Pará por Ordem Régia desde 2 de Outubro de 1772⁵.

O processo de ocupação na Amazônia portuguesa, portanto, vai atender e corresponder exatamente a esse novo modelo de governamentalidade centrado na tríade: soberania, disciplina e gestão governamental. Está última apresenta como alvo principal a população e cujos mecanismos são os dispositivos de segurança.

A dominação portuguesa da Amazônia durante o século XVII significava uma múltipla ocupação (militar, religiosa e econômica). A dominação econômica foi identificada pela historiografia com os esforços dos portugueses na busca pelas drogas do sertão, pela captura de escravos indígenas e pelas atividades de ordens missionárias, principalmente dos jesuítas. Seria somente em meados do século XVIII, graças ao Marques de Pombal, que, segundo boa parte dos autores amazônidas⁶, a região

⁵1776, Novembro, 8, Pará OFÍCIO do [governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro], João Pereira Caldas, para o [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a continuidade do envio do mapa anual do número de habitantes da capitania do Pará, *de acordo com a ordem régia de 2 de Outubro de 1772* e informando que o mapa relativo a 1775 será enviado o mais brevemente possível. AHU_ACL_CU_013, Cx. 76, D. 6355.

⁶Ver: Acevedo Marin (1998), Ravena (1998) e Reis (1966).

foi objeto de uma política colonial propriamente dita. Foi somente a partir de 1750, portanto, que a Coroa Portuguesa empreenderia a melhoria da produção por meio da definição de uma política agrícola e da resolução dos problemas de mão de obra, com a importação de escravos africanos.

A historiografia sobre o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, como ressalta Veloso (1998), tem insistido no interesse especial da administração metropolitana pela defesa, pela ocupação e pela agricultura mercantil. Em relação aos registros demográficos, observa-se o enorme esforço por quantificar e qualificar a população no período mencionado acima. Tal recorte enquadra-se perfeitamente no primeiro subperíodo da fase proto-estatística, entre 1760 e 1797, como visto por Marcílio (2000), cujas características gerais são importantes para o enquadramento de uma História da População nesta parcela do norte da Colônia.

Por meio do recenseamento de 1778 do Estado do Grão-Pará conferiu-se que já viviam na Capitania do Pará cerca 4.315 cabeças de famílias, totalizando 39.952 habitantes entre menores e adultos (população livre, escravos e índios). É sabido também que esse é um dos recenseamentos mais excludentes desse período, sobretudo, no que diz respeito aos chefes de famílias indígenas, que o censo registra somente 6,07% (262) em uma região conhecida pela grande presença indígena (CARDOSO, 2008).

Segundo Caio Prado Jr. (1992, p.71) é contabilizado na Capitania do Grão-Pará 68 lugares de índios, onde quatro localizavam-se no Vale do Tocantins, os lugares de Conde, Beja e Barcarena situavam-se no delta do Amazonas, próximos à Belém, sendo palcos das lutas travadas durante a Cabanagem, movimento popular ocorrido na Província do Pará após a Independência do Brasil.

Os recenseamentos, como bem observa Ângelo-Meneses (2000, p.92-93), apesar de incompletos, permitem, ainda, além de informações a respeito da população, demonstrar como os regimes e práticas agrárias foram inviabilizados ou interrompidos por um sistema político administrativo influenciado por um fator externo: o mercado.

Sociedade: Elementos demográficos e perfil socioeconômico

O mapeamento populacional para o século XVIII referente aos dados da população do Pará são escassos e sem garantia de serem completos. Contudo, dispõe-se de alguns censos em processo de sistematização e análise desta pesquisa de doutoramento. De todo modo, pode-se compartilhar os seguintes dados:

Tabela 1: População da Capitania do Pará nos anos de 1765, de 1773 a 1778, 1782, 1801 e 1816 e a taxa de crescimento

Ano	População	Taxa de crescimento (%)
1765	33.565	25,52

1773	42.132	
1774	42.129	
1775	42.967	1,99
1776	43.457	
1777	43.529	0,17
1778	39.952	
1782	55.315	38,45
1801	80.000	
1816	94.120	17,65

Fonte: CARDOSO, C. F. (1984); CARDOSO, A.S. (2008); Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate).

A partir dessas cifras percebe-se um crescimento da população no período de Pombal em diante, pois quase duplicou em 51 anos, isso apesar dos anos mortíferos de epidemias que padeceu a Capitania do Pará, conforme o relato de vários cronistas da época e de estudiosos da temática⁷.

Pode ser observado ainda as taxas de crescimento entre os anos pombalinos, em especial, entre 1765 e 1773 um aumento populacional de 25%, outro aumento considerável dessa taxa populacional como pode ser visto entre os anos de 1778 e 1782 cerca de 38,45%, já no período pós pombalino. E no início do século XIX a população paraense continuou mantendo um certo ritmo de crescimento, cerca de 17 % entre 1801 e 1816.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, as fases iniciais do século XVIII sinalizadas na tabela acima parecem indicar uma imigração considerável, acima da tendência do crescimento vegetativo, além do computo da população indígena nos mapas (CARDOSO, 1984, p.139-140).

Nesse período, o povoamento do Pará configura-se numa nova fase marcada por uma série de mudanças, a citar as medidas sucessivas que destruíram a tutela dos religiosos sobre aldeias indígenas; os casamentos mistos e assimilação dos índios foram encorajados; endurecimento da lei de garantia de liberdade indígena; intensificação de entrada de escravos africanos por meio da Companhia de Comércio criada por Pombal, além do progresso da agricultura e das exportações agrícolas (CARDOSO, 1986, p. 103).

Todavia, a situação dos trabalhadores indígenas e dos escravos que se debruçavam nesta produção agrícola mostrava que estes se encontravam expostos às péssimas condições de vida, tendo como consequência a queda demográfica, catástrofe há muito comentada por religiosos e administradores coloniais. Sua argumentação inicia-se com os perigos que rondavam as vidas dos remeiros. Para que um índio se tornasse apto ao ofício, se passam quatorze anos, no entanto, uma única viagem pelo sertão era capaz de promover a morte da maior parte, e os índios residentes nas

⁷ VER: CHAMBOULEYRON, R.; BARBOSA, B.; BOMBARDI, F. e SOUZA, C. R. “Formidável contágio”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). História, Ciência, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, p. 987-1004, 2011. VIANNA, A. *As Epidemias no Pará*. 2ed. Belém: UFPA, 1975.

aldeias, por sua vez, trabalhavam mais do que comiam, faziam jejuns forçados ou ingeriam apenas farinha de mandioca e água. “A carência alimentar propiciava as epidemias e contágios que ‘ardiam’ na Amazônia” (FERREIRA, 1885, p.28).

A alta morbidade e mortalidade por epidemias também foi um aspecto que muito atingiu a população paraense, especialmente, os surtos de sarampo (1748-1750), epidemia de bexiga em 1755 e os surtos de varíolas (1775, 1776 e 1793), tendo o primeiro fator contabilizando no Grão-Pará o total de 16.467 mortos, além das epidemias de varíolas trazidas, geralmente, por meio de escravos africanos contaminados que desembarcavam nos portos amazônicos (SÁ, 2008, MARTINS, 2014).

Podem ser vistos na tabela 2 os efeitos das epidemias desses anos, mas o que chama atenção é a queda negativa contínua da população para algumas regiões dentre as quais a Costa Oriental; São Miguel do Guamá; Xingu e Marajó entre os anos de 1773 a 1778.

Tabela 2 – ano e crescimento populacional da capitania do Pará (%)

Região	Ano e Crescimento Populacional (%)								
	1773	1774	%	1775	1776	%	1777	1778	%
Belém	11341	11350	0,08	11096	11723	5,65	10501	12441	18,47
Costa Oriental	2534	2502	-1,26	2431	2291	-5,76	2852	2571	-9,85
São Miguel do Guamá	1836	1561	-14,98	1549	1544	-0,32	1622	1357	-16,34
Melgaço	9221	9225	0,04	9681	10332	6,72	9874	7321	-25,86
Costa Setentrional	4049	4095	1,14	4255	4317	1,46	4585	3811	-16,88
Xingú	3005	2724	-9,35	2894	2720	-6,01	2923	1004	-65,65
Santarém	5524	6101	10,45	5867	5996	2,2	6064	912	-84,96
Marajó	4622	4571	-1,1	5194	4534	-12,71	5108	817	-84,01

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate).

Sobre o ano de 1778 deve ser registrado que o recenseamento foi feito por meio dos “cabeças de família” e seus membros, parentes, agregados e escravos, deixando de fora muitas povoações indígenas, o que explica, também, a queda populacional para todas as regiões, com exceção de Belém.

A divisão geográfica das tabelas acima dessa população tem como norte a proposta de configuração espacial por regiões apresentada no “Mappa da população da Comarca do Pará”, 27 de agosto de 1816, além de características econômicas e geográficas, encontradas na obra *Ensaio Corográfico da Província do Pará* de Antônio Ladislau Baena⁸, que indicam uma organização dessas

⁸ Essa configuração geográfica baseada na obra de Baena similar a divisão espacial do “Mappa da população da Comarca do Pará” de 1816, também pode ser visto na obra clássica do Ciro Flamarion Cardoso “Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará” e na tese de Shiley Nogueira defendida na

regiões da seguinte forma para o período reportado nas tabelas: a região de Belém tem como centro econômico a cidade do Pará (Belém); a região de Melgaço - a vila de Cameté -; a Costa oriental - a Vila de Vigia -; a de São Miguel ao Gurupá - Bragança -; a Costa Setentrional - Macapá -; a região do Xingu - Gurupá e a região de Santarém - Santarém⁹.

As regiões mais expressivas do ponto de vista populacional (ver tabela 2), bem como pelo prisma político e socioeconômico, são as regiões de Belém — freguesia da Sé e Santana, formando a cidade do Pará, Belém —; São Miguel do Guamá com destaque para Bragança; de Melgaço, Cameté e da Costa Setentrional, focos centrais Macapá e Mazagão.

Do ponto de vista da chefatura de família, a quantidade de chefes de família na qual a maior contribuição encontra-se na maior parte nas freguesias centrais dessas regiões mais expoentes, a citar, freguesia da Sé, com 828 chefes de família, corresponde ao índice de participação de 19,19% do total relacionado à Capitania do Pará. O segundo lugar é da freguesia de Cameté, com 605 chefes de família, que corresponde a 14,02% do total relacionado. O terceiro lugar é da freguesia de Santana, com 533 indivíduos, índice de 12,35% do total relacionado. O quarto lugar é da freguesia de Mazagão, com 310 indivíduos, índice de 7,2% do total relacionado. O quinto lugar é da freguesia de Macapá, com 275 indivíduos, índice de 6,37% do total relacionado à Capitania. E o sexto lugar é da freguesia de Vigia, com 181 chefes de família, índice relativo de 4,19% (CARDOSO, 2008, p.85).

A freguesia da Sé e de Santana da Campina formam a atual cidade de Belém, que se destaca pela sua localização, elemento que facilitou a circulação de mercadorias do “Sertão”, levando os mercadores a reforçar seu papel de ponto de intersecção para trocas de seus produtos, contribuindo, dessa forma, para que esta se tornasse um porto muito movimentado e, de certa forma, mais povoado. Essas duas freguesias representam o lugar colonial onde os poderosos detinham também o controle do interior da Capitania, com objetivo de controlar o trabalho indígena e organizar a exportação de gêneros extrativos (VELOSO, 1998).

A freguesia de São José de Macapá foi o núcleo populacional para onde convergiram dois projetos de importância para a Coroa Portuguesa. Um relativo à defesa territorial e outro relativo à estratégia geopolítica e exploração econômica de gêneros demandados pelo capital comercial

UFBA em 2009 “A soldadesca desenfreada: Politização militar no Grão-Pará da era da independência (1750-1850)”, alicerçada nesses referenciais para construção das divisões regionais para a Capitania do Pará no debate inicial de sua tese.

⁹ Composição das regiões por localidades. *Região de Belém*: Sé, Campina, Bujaru, São Domingos, Moju, Acará, Igarapé Mirim, Abaetetuba, Barcarena; *Costa Oriental*: Colares, Vigia, Odivelas, Santarém Novo, *Região de São Miguel ao Gurupá*: Bragança, Ourém, São Miguel do Guamá, Irituia; *Região de Melgaço*: Oeiras, Cameté, Baião, Melgaço, Pombal; *Costa Setentrional*: Macapá, Gurupá, Porto de Moz, Veiro, Pombal, Souzel; *Região de Santarém*: Outeiro, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Franca, Santarém, Alter do Chão, Boim, Pinhel, Faro; *Ilha do Marajó*: Ilha Grande de Joanes, Vila do Marajó, Vilas de Cachoeira, Condeixa, Chaves, Monsarás, Monforte, Mondim, Muaná, Ponta de Pedra, Rebordelo, Salvaterra, Soure. Ver também: NOGUEIRA, S. M. S. (2009).

(RAVENA, 1998). A fase de montagem da colonização agrícola no delta e na planície fluvial amazônica revela uma trama de relações sociais entre colonos e administradores que se prolonga fora do núcleo, com isso, as famílias de colonos submeteram-se a um sistema repressivo muito intenso, passando por todo tipo de coerção com objetivo de defesa.

Já a vila de Mazagão encontra-se também no bojo dos interesses da coroa portuguesa pela sua localização estratégica na costa setentrional do Pará, que era disputada por outras metrópoles europeias, além da disputa com os índios. Por isso, era importante para o governo lusitano assegurar posse e manter a dominação desse território, sendo necessária não somente a vigilância das regiões e aglomerações militares, mas também para o estabelecimento urgente de núcleos de colonos. 340 famílias mazaganistas que habitavam a Praça, chamada Fortaleza de Mazagão no Marrocos, foram transferidas para o Estado do Grão-Pará. A nova vila de Mazagão funcionaria como um referencial de apoio militar para Macapá diante da ameaça advinda da proximidade fronteiriça de territórios ocupados pela França e pela Espanha (FERREIRA, 1998).

Por sua vez, Cameté e Vigia, respectivamente Região de Melgaço e Costa Oriental, também exerceram papéis importantes no cenário de interesse da metrópole lusitana. A primeira vislumbra ser uma região das mais empreendedoras da Capitania do Pará, a começar por concentrar 30,65% dos chefes de família ricos no ano de 1778, sobressaindo-se quando comparada a freguesias mais centrais da Sé e Santana, que tinham respectivamente 4,89% e 6,99%. A maioria desses ricos de Cameté tinham seus negócios investidos em grandes canaviais, engenhos de açúcar (ou cacau), colhendo castanha ou andiroba, materiais cujo azeite é usado no candeeiro, e fabricando cal de conchas fósseis. Já Vigia despontava no cenário por seus fartos pescados e por sua povoação significativa que ajudaria nos empreendimentos do Governo e da Igreja Católica, sendo a sexta com maior número de Cabeças de Famílias, 181, e 1941 habitantes (CARDOSO, 2008, p.113).

Bragança, foco central da região de São Miguel do Guamá ao Gurupi, apesar de uma contribuição abaixo de 4 % em chefes de família, é uma freguesia que tem um papel relevante nos planos de ocupação e povoamento da Capitania do Pará. Esta é uma vila assentada às margens esquerda do rio Caeté, fundada sob as ruínas da vila de Souza em 1753, sob as ordens do governador e do general Mendonça Furtado, foi povoada por famílias e homens solteiros de ilhéus angrenses e michaelenses. Os moradores cultivavam café, algodão e mandioca e alguns possuíam fazendas de criação (BAENA, 2004, p.224).

A “ilha do Marajó” é uma região que também apresenta um importante destaque no cenário político-econômico da Capitania do Pará e tinha grande peso para o abastecimento de Belém (Sé e Santana) em carne bovina, além de uma criação extensiva de gado na ilha. Spix e Matius observaram em seus relatos de viagem que essa região era privilegiada da latitude quase abaixo da linha do Equador, onde poderiam multiplicar diversos produtos coloniais, mas dada a negligência de alguns

colonos a fertilidade, as criações de gado e a pesca foram as indústrias mais exploradas. O Recenseamento de 1778 confirma tal informação, sobretudo em Cachoeira do Arary, onde a maioria dos Cabeças de Famílias ricos são senhores de fazenda de gado Vaccum e Cavallar (CARDOSO, 2008, p.116).

As regiões de Xingu e Santarém, apesar de apresentar a maioria de seus chefes de família pobres, conforme apontam os indicadores do censo de 1778, são terras que também exerceram um peso no abastecimento interno e externo da Capitania do Pará. Ambas destacam-se pela localização estratégica de seus rios, a primeira, diz Baena, sobre ás águas que desaguam do Xingu, informa que apresentam abundância das drogas correntes no comércio, “mormente em cravo”. O autor frisou ainda que as margens do rio Xingu “abundam em pesca, em caça baixa e de veação”, além de variados povoados indígenas (BAENA, 2004, p.376).

Já na região de Santarém, para o recenseamento de 1778, foram contabilizadas 56 cabeças de família e apenas 479 habitantes¹⁰ (CARDOSO, 2008). Esta região destacava-se pelo forte fator indígena tanto na formação da sociedade daquela região e quanto pelos principais braços da economia extrativa e agrícola desenvolvidos pela política pombalina desse período. A freguesia de Santarém, segundo Amorim (1999, p.95), foi a porta de entrada aos sertanistas e o principal porto de exportação dos produtos provenientes do sertão ou da floresta, além do maior centro de empresa comercial do interior amazônico, sendo o cacau o principal produto de exportação por implicar em uma atividade segura e estável não apenas para as terras banhadas pelo rio Tapajós, mas em toda Amazônia correspondendo 90% da exportação regional.

É importante observar ainda as regiões onde houve quedas demográficas (Tabela 3), que são as localidades que se destacam pela grande quantidade de índios aldeados, a exemplo de Melgaço, que tinha uma média de 1381 índios aldeados, Xingu com 485,30 e Santarém dispõe de 518. Já a região de Belém destaca-se pela quantidade de escravos e dispunha de uma média de 578,50 escravos no período entre 1773 e 1777¹¹.

As epidemias de sarampo e bexigas foram registradas como catástrofe para as economias das regiões mais atingidas, que sempre se encontravam debilitadas pela carência de mão de obra mais apta para agricultura. Nas aldeias, os índios entravam em contato com europeus e africanos, contaminando-se com agentes patológicos desconhecidos. Os animais dos colonizadores também contribuíam para

¹⁰O que deixa claro que o recenseador desse ano contabilizou apenas as povoações ditas “brancas” das localidades, predomínio de colonos. No caso de Santarém para o ano de 1778 foi apontado cerca de 94% brancos e 6% de chefes de família índios, cafuzos e mamelucos. Numa localidade conhecida pela diversidade de povoações indígenas. Em outros censos do século XVIII para o Estado do Grão-Pará veremos o mapeamento populacional sendo feito a partir de povoações brancas e povoações de índios.

¹¹A região do Marajó também se destaca por uma quantidade grande de índios aldeados, contudo ainda não foi computado. Os indicadores publicados aqui se tratam de resultados parciais de dados computados num Banco de dados. Nesse caso correspondentes de dados descritivos, a média de índios aldeados por Freguesia que compunham cada região no período de 1773 a 1777.

disseminar doenças que seriam fatais para a população indígena isolada por séculos nas florestas tropicais (RAMINELLI, 1998, p.1362).

Este quadro caótico de mortalidade demonstra, portanto, que as aldeias não eram o espaço da reprodução indígena. Nas “matas” o crescimento demográfico era muito mais significativo. Concernente os descimentos¹² e a crise demográfica, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira proferiu a seguinte frase: “*Que os descimentos cessarão, à proporção que se multiplicarão as expedições*” (FERREIRA, 1885, p. 27).

Interessante notar que, apesar de todo o esforço da coroa portuguesa em estimular a imigração, ocupação e o povoamento para América, o censo de 1801 indicou uma população de 80.000 habitantes, índios em sua maioria, levando em consideração, obviamente, toda extensão da Amazônia. Ciro Flamarion Cardoso (1984, p.103) avalia ser justificável assim a reflexão do governador José Narciso de Magalhães Meneses, em 1806, ao afirmar que o povoamento nessa região ainda “está na infância” do ponto de vista do colonizador, claro. Afinal, as populações nativas que já habitavam nessas terras e muitas vezes não eram contabilizadas nos censos. Mesmo depois de dois séculos de colonização, o século XIX adentrava estimulando medidas cada vez mais fortes em respeito à imigração para a Amazônia, a qual ainda se configurava uma zona marginal no contexto do território brasileiro, e que só foi integrada administrativamente em 1808.

Possibilidades de regimes demográficos restritos na Capitania do Pará: algumas questões

A partir da década de 1960 tornou-se comum denominar o que seria conhecido como sistema demográfico do Antigo Regime caracterizado por uma economia comercial e agrícola bem definida, destacando principalmente o atraso como padrão no acesso ao matrimônio e por uma proporção relativamente alta de celibato definitivo; uma fecundidade ilegítima muito baixa; níveis de mortalidade relativamente elevados, com oscilações brutas em virtude de surtos epidêmicos ou crises agudas de subsistência, que por sua vez refletiam sobre a natalidade e a nupcialidade, o que gerou, a médio e longo prazo, o crescimento natural de modo equilibrado e baixo. Nesse sistema, a nupcialidade, do ponto de vista da proporção das mulheres que se casavam e as idades em que casavam, articulava um papel crucial como forma de controle social mais efetivo sobre a reprodução no continente europeu, dado que a nupcialidade era a variável demográfica mais sujeita às interferências do contexto social, econômico e cultural (CUNHA, 2012; ROWLAND, 1997).

O Brasil Colonial apresenta, de *práxis*, sobre o seu perfil demográfico, a generalização da alta natalidade e alta mortalidade. De fato, não há como negar o destaque da morbidade e da mortalidade

¹²“Os chamados descimentos-ditos livres- foram regulados por legislação: de 10-09-1611. Este sistema foi viabilizado pelo próprio missionário ou por seus representantes (brancos), ou por índios já aldeados (considerados índios mansos), os quais às vezes persuadiam aldeias inteiras a descerem ou se deslocarem do seu território de origem para os aldeamentos” (BRITO, 1998, p.119).

constituindo as evidências que diferenciam de modo mais contundente das condições de vida desses ancestrais. Também porque, variadas vezes, era a morte que exercia os efeitos determinantes para se entender os regimes demográficos do passado.

Contudo, é a análise de Philip Kreager em seu ensaio *Demographic regimes as cultural systems* (1986) que norteia um novo olhar a respeito da dinâmica dos regimes, ampliando o conceito e, de alguma forma, rompendo com algumas explicações malthusianas, além de criticar a teoria da transição e a teoria do desenvolvimento¹³ no sentido de uma reorientação genuína da teoria da população. Em suma, esta orientação segue este curso, conforme destaca o autor, “em três movimentos conceituais: (1) de ‘decisão’ para ‘estrutura’; (2) de ‘transição demográfica’ para ‘regime demográfico’; e (3) de ‘desenvolvimento’ para ‘identificar’” (KREAGER, 1986, p.01, tradução livre).

Seguindo esse horizonte, uma das maiores contribuições de Kreager é a elaboração do que ele denomina de regimes demográficos restritos com base na construção de um modelo cultural de população que forneça *feedback* da estrutura social, que esteja preocupado nas percepções dos povos em diferenças de escala e que regule a identidade do grupo a partir de duas sequências de *feedback*: 1) Como sistemas morais organizam uma espécie de recrutamento desses sistemas; 2) Como esse recrutamento pode auxiliar a perpetuar ou é subjacente a esses sistemas morais (KREAGER, 1986, P.140).

Nesse sentido, segundo reporta o autor:

Regimes restritos dão importante relevância à forma como grupos fazem uso seletivo dos processos vitais para enfrentar circunstâncias limitadas; e de sua capacidade para continuar tomando decisões em face do que aparece, pelo menos para os seus propósitos práticos imediatos (...) (KREAGER, 1986, p. 153, tradução livre).

É sob esse ponto de vista, e diante do que foi debatido acima no contexto das conquistas europeias no período que emerge o paradigma da população em meados do século XVIII é que se pode aventar, assim, que a Amazônia e a Capitania do Pará vivenciaram um regime demográfico restrito, em que pesavam os valores institucionais, morais e culturais que envolviam essas populações caboclas¹⁴, indígenas e africanas, que, se incentivados, estimulariam sua reprodução. Kreager analisa

¹³“A teoria da transição demográfica foi elaborada por F. W. Notestein, na década de 1940, e considerava que a população do passado mantinha relativo equilíbrio através de taxas elevadas de natalidade e de mortalidade. O declínio da mortalidade, a partir do final do século XVIII, e a permanência das taxas de fecundidade elevadas por certo período garantiram um rápido crescimento populacional. Somente com a industrialização e a maior demanda por famílias menores é que a mortalidade e a fecundidade aproximaram-se do equilíbrio novamente. Contudo, estudos baseados na reconstituição de família irão demonstrar como em determinadas sociedades pré-modernas a fecundidade já era, de certa forma, regulada através de elevadas idades ao casar para as mulheres (acima dos 25 anos), evitando assim sua exposição ao risco de engravidar durante uma importante fase fértil do período reprodutivo” (CUNHA, 2012).

¹⁴“(…) Resta-nos dizer que está população é mesclada de homens brancos, de pretos, de indianos, de pardos, de mamelucos, de curibocas, e de cafusos. Esta heterogeneidade provém dos brancos haverem aliado o seu sangue com o dos cafres e dos indianos, e da mesma sorte os indianos com os cafres. Da mescla dos brancos com as

que, para esse tipo de regime restrito eram arregimentados sistemas de recrutamento e convenções sociais da administração colonial e seus grupos dominantes (elites) que regiam aquela sociedade.

A Capitania do Pará, em meados do século XVIII e mesmo no século XIX, padecia sobre o drama da alta mortalidade e morbidade, o que era “compensado” por uma reprodução humana iniciada muitas vezes precocemente pelos casais de união legítima ou consensuais, o que resultava uma prole numerosa, sendo uma realidade dos grupos domésticos do Brasil Colonial (BELTRÃO, 2004; NADALIN, 2004).

Nesse sentido é importante que se analise a realidade desses regimes demográficos não se limitando no padrão de mortalidade da população no passado colonial, mas também verificando como se processou essa mortalidade nos ciclos vitais em cada uma dessas oito regiões Amazônicas.

Então, como investigar regimes demográficos restritos para essas regiões que compõem a Capitania do Pará? A partir do levantamento das seguintes questões:

a) A dinâmica populacional paraense referente ao processo de povoamento e ocupação articulado com os fatores de mobilidade e estabilidade a partir das identidades regionais da Capitania do Pará.

b) A reprodução da população concomitante com a situação de fecundidade, mortalidade e morbidade.

c) As alianças familiares agindo num duplo papel com seus sistemas morais, recrutando seus grupos e ao mesmo tempo auxiliando para sobrevivência dos mesmos, sejam da população cabocla, indígena, dos escravos africanos ou mesmo dos grupos da elite.

d) Os componentes étnicos e de cor que marcaram a formação sócio-demográfica e cultural da população paraense no período em estudo.

e) A distribuição indígena dentro e fora dos espaços coloniais, buscando verificar os papéis variados exercidos pelos indígenas na Capitania do Grão-Pará.

f) O processo de transição de uma economia extrativa para uma agro-extrativa no decorrer do processo de expansão agrícola no século XVIII.

Tais questões se configuram nas diversas realidades econômicas e socioculturais das regiões que compõem a Capitania Pará, além das drogas do sertão que foram coletadas em diversas localidades, destacam-se ainda formas específicas de economia locais que permearão os regimes demográficos regionais, a exemplo do desenvolvimento de uma economia agrária no Vale Tocantins,

indianas procedem os mamelucos: da dos pardos com as pretas os cafusos, a que em outras partes denominam bujames: e da dos indianos com as mesmas pretas curibocas” (BAENA, 2004, p.21-22). Guzmán verifica ainda que esses mestiços, filhos de uniões interracialis, foram postos a margens do seu tempo, tendo em vista o quanto a legislação portuguesa no séc.XVIII institucionalizavam a “invisibilidade” emergente da sociedade cabocla na documentação escrita oficial produzida pelas autoridades do Estado do Grão-Pará e Maranhão e no restante do Brasil Colonial. O termo “caboclo” aqui é oficialmente estigmatizado (o termo caboclo tornou-se proibido nas documentações e leis, um interdito do vocábulo oficial) (GUZMÁN, 2006, p.74-75).

região aonde se destaca Cametá com uma concentração de cabeças de famílias ricas; refletir a influência elevada de contingente negro nos diversos aspectos da cultura belenense como aglomerado urbano da capitania paraense¹⁵; ou a pecuária no Marajó e da economia agro-extrativa das terras do Cabo Norte¹⁶, como eram conhecidas as regiões, com destaque Macapá e Mazagão, fronteiras das Guianas¹⁷. Ou ainda pensar num regime demográfico restrito das populações indígenas na Região do Xingu, que se destacava das oito regiões em que se dividia a Capitania do Pará por possuir o maior número de indígenas e o menor número de escravos. Para estes grupos se dirigiram políticas de catequização, invariavelmente fundadas nas concepções do colonizador.

Interrogam-se ainda quais e até que ponto são configuradas as heterogeneidades culturais dos regimes demográficos “restritos” e de “alta pressão” que se constituíram na Capitania do Pará em meados do século XVIII. Quais culturas etnográficas e econômicas sobrepujam-se nessas regiões? Devem ser enfatizadas, obviamente, categorias como *etnia*, *gênero*, *pacto*, *administração*, *negociação*¹⁸, dentre outras no que pese as relações entre dominantes e dominados, centro e periferia, colônia e metrópole, colonizadores e colonizados, fruto de um povoamento que expulsou e aniquilou os indígenas que primitivamente habitavam a região.

No que se refere à composição étnica da população, a qual é o fator de grande destaque da diversidade dessa população, a fonte censitária em processo de análise realiza uma clara distinção entre povoações de brancos e de índios, que eram agrupadas pelas freguesias que as compõem, onde, quase que hegemonicamente, predominava um maior número de freguesias pertencentes a esses povoados indígenas. Dessa forma, os indivíduos ainda eram distinguidos na contabilidade realizada

¹⁵Belém formada por Sé e Santana, destacava-se dentre muitas das localidades da Capitania do Pará pela grande quantidade de escravos. No ano de 1787 a freguesia da Sé, a parte mais antiga e mais populosa da cidade de Belém possuía 5.276 habitantes, desses mais de 50% dos moradores escravos (SALLES, 1971).

¹⁶As terras do Cabo Norte destacar-se-ão por suas fronteiras econômicas, coloniais e geopolíticas as quais foram demarcadas e remarcadas. Dispersos, já desde o século XVII, existiam estabelecidos fortins militares e postos de trocas franceses, espanhóis, portugueses, holandeses e ingleses. Junto a eles, havia micro-sociedades indígenas migrando, comunidades de escravos fugidos negros movimentando-se, soldados desertando e índios aldeados entre economias camponesas e o comércio das canoas que refaziam os caminhos fluviais na região (QUEIROZ & GOMES, 2002, p.25).

¹⁷ Ver: Angelo-Meneses, M. de N. Aspectos conceituais do sistema agrário do Vale Tocantins colonial. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 17, n. 1, p. 91-122, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://www.webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v17/cc17n105.pdf>> Acesso em: 04 de Junho de 2008. _____. História social dos sistemas agrários do Vale do Tocantins-Pará-Brasil (1669-1800). Tese. (Doutorado em História Agrária) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – EHESS, Paris, 1998. 555 f.; Acevedo Marin, R. E. Agricultura no delta Rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: _____. (org.). A escrita da história paraense. Belém: NAEA/UFGPA, 1998, p. 53-92; GOMES, F. dos S. (org.). Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVIII e XIX. Belém: ED.UFGPA, 1999.

¹⁸ Questões que envolvem a formação da sociedade ‘caboclas’ ou mestiças, problematizadas a partir de seus hábitos culturais que envolvem sua sexualidade, homens e mulheres, subjugados a uma realidade específica seja vinda de forma exógena, administração metropolitana, seja de forma interna, pactos, negociações e confrontos da população local conflitando entre si.

pelas categorias sociais que faziam parte, como por exemplo: “Pessoas em geral com exceção de índios aldeados”, “Índios aldeados ou estabelecido em Povoações” e “Escravos”¹⁹.

Logo, pode-se relacionar a organização de trabalho da época e buscar responder sobre o modo em que se configurava aquela economia, seus avanços e recuos, já que todos os mapas populacionais descritos acima contabilizaram sua população pelas suas estruturas sociais, sendo que, o Mapa de 1790 irá trazer informações por freguesia sobre *terras, gêneros do sertão, agriculturas e plantações*.

A documentação pertinente ajuda a compor os dados para a configuração de regimes demográficos restritos na Capitania do Pará, ajudando, inclusive, a mapeá-lo conforme suas regiões, dando destaque às delimitações tão típicas da Amazônia, como seus rios. Nesse sentido, a elaboração de uma cartografia social da população paraense é de suma importância para que se verifiquem as especificidades, semelhanças e diferenças das diversas sub-culturas regionais, comparando-as e georeferenciando-as com base no que é considerado relevante pelas próprias regiões estudadas.

Para tanto, será necessário privilegiar adversidade das expressões culturais combinadas com distintas identidades coletivas objetivadas no âmbito social a fim de mapear o perfil de regimes demográficos restritos prevaletentes nas regiões que compõem o Pará.

As fontes proverão alicerces ainda a responder sobre o fluxo migratório correlacionado a essa expansão agrícola do período a partir de sua faixa etária. Além da reprodução própria da população, sobretudo, de 1774 a 1777, pois os mapas populacionais desse período trazem informações a respeito de nascimentos e mortes. Muito mais do que revelar indicadores, a pesquisa busca entender a dinâmica social e cultural do comportamento dessa população, incluindo os efeitos distintos decorrentes da maior influência da componente demográfica da população indígena, em áreas vinculadas apenas de forma indireta à economia mercantil escravista, mas em presença do trabalho compulsório indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o processo de ocupação e povoamento do Pará Colonial durante a emergência do fator “população” sob o prisma dos regimes demográficos restritos ajudará compreender todo drama em que foi arremetida a população que estava se formando no Pará, sobretudo, os habitantes nativos, vide indígenas, os escravos africanos que chegaram em grande quantidade em meados do século XVIII na Amazônia, a população cabocla e sua elite “branca” no decorrer da metade dos anos de setecentos e início dos oitocentos.

Entender as estratégias de sobrevivência não seguindo necessariamente as tramas e fases da transição demográfica que busca generalizar e enquadrar a história da população dos países

¹⁹“Mapas dos habitantes do Pará e Rio Negro de 1773-1774” AHU_ACL_CU_013, Cx.72, D. 6100 (Acervo AHU CAPITANIA DO PARÁ - Projeto Resgate).

subdesenvolvidos aos padrões de trajetória demográfica dos países desenvolvidos, mas sim demonstrando sua diversidade referente aos “cursos de ação alternativos em que os processos vitais abertos ou restritos a grupos particulares podem, portanto, serem seguidos em suas implicações influentes a moral, política e economia ao longo do tempo” (KREAGER, 1986, p.152, tradução livre).

Um dos reflexos mais evidentes destas articulações populacionais ao formular um modelo de regime demográfico restrito nota-se a partir da composição étnica da população paraense que resultou extremamente heterogênea. Segundo Vicente Salles, os contatos interétnicos se processaram intensamente isentos até mesmo de preconceito racial, fundindo as três etnias: o branco, o índio e o negro. A destacar a presença de grupos indígenas isolados e de numeroso grupo, a maioria marginalizados, pois não se enquadravam como índios nem tão pouco “civilizados”, a grande massa de *caboclos* que vivia nas periferias das comunidades amazônicas, ao mesmo tempo cristalizada a assimilação de novos de padrões culturais, prosseguia agindo e interagindo em todos os setores sociais, não invalidando, obviamente, a presença marcante do negro (SALLES, 1976, p.69).

Pode-se se pensar assim num regime demográfico restrito da população cabocla amazônica com todas as aberturas e limites que se deparou para sua reprodução ao longo do tempo? Tendo em vista que toda essa cultura ribeirinha amazônica, “esse modo de ser ribeirinho” na história, está conectado às condições estruturais e econômicas, e às disposições ideológicas que marcarão todo “o complexo caboclo” permeado da diversidade de sua trajetória histórica e economias dos trabalhadores rurais da Amazônia (ribeirinhos, nordestinos e japoneses, por exemplo), configurando-se assim um repertório de pequenas mercadorias, o qual emergiu associado ao caráter de desenvolvimento regional cujo aspecto mais proeminente foi sua função mercantil em que muitas vezes massacra sua visibilidade (HARRIS, 2006, p. 89).

E, o que somente poderá ser demonstrado na construção deste “modo de ser” nos passos seguintes da pesquisa de doutoramento que seguirá ainda no rastro da população indígena e africana, que notadamente marcaram as identidades regionais destes regimes demográficos restritos da Capitania do Pará.

Nessa direção, ao questionar os construtos de identidades dessas comunidades na Amazônia no sentido antropológico de Benedict Anderson (2008), pode-se avaliar como originária do aspecto de nação que surgirá com toda força no século seguinte das independências das Américas, na qual pode ser definida por “uma comunidade política imaginada”²⁰ e sua criação imaginária é, ao mesmo tempo, essencialmente limitada e soberana.

²⁰“Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem da viva da comunhão entre eles” (ANDERSON, 2008. p.32).

Sobre esse contexto, este estudo pode ser investigado de forma mais profícua em pesquisas futuras o mapeamento dos seus regimes demográficos restritos nessa nova fase²¹ de ocupação e povoamento do Estado do Grão-Pará já constituído no território brasileiro em 1823, e que, ainda durante esse período a colonização do território paraense, seguiu o mesmo processo deixando pelos portugueses com intensa exploração da mão de obra escrava e ainda relegada como zona marginal.

Além de verificar, sobretudo, como se constituíram esses regimes demográficos restritos com advento do ciclo da borracha refletindo os seguintes aspectos: atividade econômica ribeirinha e como sua organização se modificou durante o boom e decadência da borracha; os impactos da imigração e do movimento cabano na reprodução da população e seus ciclos vitais; a organização da mão de obra; as práticas matrimoniais e direitos fundiários; e a construção da vida material pelas imaginações e memórias das culturas amazônicas, considerando a diversidade econômica e sociocultural da região.

E por fim, para concluir o convite aos investigadores da história da população, da demografia histórica e áreas afins a pensar num regime demográfico restrito para Amazônia e o Pará em um período que após o ciclo de borracha chamou ainda mais atenção sobre as potencialidades da região, o que estimulou o governo a formular e implementar os mais ambiciosos programas de ocupação e desenvolvimento, que se iniciaram com mais ou menos intensidade no Brasil e nos países andinos a partir da segunda metade do século XX, sendo por convenção chamado de período da expansão de fronteira²². Tal fase foi marcada por uma devastadora exploração dos recursos naturais e da mão de obra, onde se localizavam esses novos tesouros para os mercados nacionais e internacionais, como, por exemplo, o gás natural, petróleo, ferro, bauxita, ouro, a expansão do cultivo da soja e exploração de madeiras nobre, além de levas de migrantes são estimulados a avançar em terras amazônicas consideradas pelo projeto nacional como remotas e livres (ARAGÓN, 2008, p. 116).

Todos esses empreendimentos acarretaram na intensificação de desmatamento, marginalização da população mais carente e conflitos agrários, especialmente, das regiões de fronteiras da Pan Amazônia. Nesse sentido, refletir um regime demográfico restrito das populações de fronteiras, levando em consideração todas as estratégias de sobrevivência dos grupos locais aliados aos malefícios trazidos por esses projetos para as populações nativas, é fundamental para o entendimento das continuidades e permanências desses modelos de desenvolvimento depredatórios do meio ambiente e dos grupos humanos nos dias atuais, bem como na investigação de políticas públicas adequadas que reforcem o debate acadêmico, político e sociocultural pela implementação de projetos de desenvolvimentos sustentáveis para o Pará e a Amazônia.

²¹A fase dos domínios nacionais (ARAGÓN, 2008, p.111).

²²A expressão “expansão de fronteira” refere-se ao processo de avanço no espaço nacional no que se refere à ocupação demográfica e econômica, incorporando novas áreas ao controle de estado, tornando efetiva a soberania nacional nesses territórios (ARAGÓN, p.116).

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E. *Uma visão histórica da Região do Xingu: Economia e diversidade étnica*. Papes do NAEA.2010.

_____. Agricultura no delta Rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: _____. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 53-92.

AMORIM, A.T. dos S. *Santarém: Uma síntese histórica*. Canoas: Ed.ULBRA, 1999.256p.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo. Companhia das lestras. 2008.

ANGELO-MENESES, M. N. Aspectos conceituais do sistema agrário do Vale Tocantins colonial. In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 17, n. 1, p. 91-122, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v17/cc17n105.pdf>. Acesso em: 04 de Junho de 2008.

_____. *História social dos sistemas agrários do Vale do Tocantins-Pará-Brasil (1669-1800)*. Tese. (Doutorado em História Agrária) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales – EHESS, Paris, 1998. 555 f.

ARAGÓN, L. E. *Amazônia: Conhecer para desenvolver e conservar*. São Paulo: Hucitec. 2013.

BELTRÃO, J. F. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Universidade Federal do Pará, 2004. 354 p. (Coleção Eduardo Galvão).

BOTELHO, T. R. *População e nação no Brasil do século XIX*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____; PAIVA, C. A. *Políticas de População no Período Joanino*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

BRITO, C. M. C. Índios das “corporações”: Trabalho compulsório no Grão-Pará no Século XVIII. In: ACEVEDO MARIN, R. E. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 53-92.

CARDOSO, A. S. *Apontamentos para história da família e demografia histórica da capitania do Grão-Pará (1750-1790)*. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de História, Universidade Federal do Pará, Belém. Disponível em :<http://www3.ufpa.br/pphist/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=65> Acesso realizado em 13 jan 2015 .

CHAMBOULEYRON, R.; BARBOSA, B.; BOMBARDI, F., SOUZA, C. R. “Formidável contágio”: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.18, n. 4, p. 987-1004, 2011.

CUNHA, M. F. *Uma reflexão sobre regimes demográficos da escravidão*. “Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012”.

FERREIRA, A. R. Diário da Viagem Philosophica pela Capitania de São-José do Rio-Negro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. n. 70, p. 27, 1885.

FERREIRA, E. R. Estado e administração Colonial: a Vila de Mazagão. In: ACEVEDO MARIN, R. E. *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 93-114.

FOUCAULT, M. A Governamentalidade. In: *Microfísica do Poder*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *Segurança, território, população*: curso ministrado no Colledge de France (1977-1978) Martins Fontes, 2008. (Coleção tópicos).

GOLDANI, A. M. O regime demográfico brasileiro nos anos 90: desigualdades, restrições e oportunidades demográficas. In: GALVÃO, L.; DÍAZ, J. (Org.). *Saúde sexual e reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GOMES, F. dos S. (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos XVIII e XIX*. Belém: ED.UFPA, 1999.

GUZMÁN, D. Índios misturados, Caboclos e Curibocas: Análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), Séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. & NEVES, W. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, pp.67-81.

HARRIS, M. Presente ambivalente: Uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. & NEVES, W. *Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, pp.81-109.

KREAGER, P. Demographic regimes as cultural systems. In: COLEMAN, D.; SCHOFIELD, R. (Ed.). *The state of population theory*. Nova York: Basil Blackwell Ltd, 1986.

MARTINS, R.S. “Do Sarampão as perniciosíssimas bexigas”: Epidemias no Grão-Pará Setecentista (1748-1800). In: Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em São Pedro/SP – Brasil, de 24 a 28 de novembro de 2014.

NADALIN, S. O. *História e demografia: elementos para um diálogo*. CAMPINAS: ABEP, 2004. (Coleção Demográficas, v. 1).

NOGUEIRA, S. M. S. *A soldadesca desenfreada: Politização militar no Grão-Pará da era da independência (1750-1850)*. Tese (doutorado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2009.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. [S.l.: s.n.],1992. p.71

RAMINELLI, R. *População na Amazônia Colonial*. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. 1998. P. 1359-1376.

RAVENA, N. *O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas*. In: ACEVEDO MARIN, R. E. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 29-52.

REIS, A. C. F. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.

ROWLAND, R. *População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX*. Oeiras: Celta Editora, 1997.

SÁ, M. R. *A “peste branca” nos navios negreiros: epidemias de varíolas na Amazônia Colonial e os primeiros esforços da imunização*. Trabalho apresentado no XIV Congreso de la Sociedad Española de História de la Medicina, na mesa temática “Males e infortunios de La esclavitud: visiones sobre las enfermedades de los negros esclavos en América”. Granada, 11 a 14 de junho de 2008.

SALLES, V. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. UFPA. 1971.

VELOSO, E. C. A. Estrutura de apropriação de riqueza em Belém do Grão-Pará, através do recenseamento de 1778. In: ACEVEDO MARIN, R. E. (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998, p. 7-28.

VIANNA, A. *As Epidemias no Pará*. 2ed. Belém: UFPA, 1975.

WAGNER, A. P. *População no Império Português: recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.307f. : il.